



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA**

**OFÍCIO Nº 998/2026-04**

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

**RODRIGO REIS DE SOUZA**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

**Assunto: Requerimento nº 392/2025, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) José Muniz.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguariúna esclarece que, em atenção à solicitação que propõe a instalação gratuita de válvulas eliminadoras de ar, popularmente conhecidas como válvulas “anti-ar”, nos hidrômetros das residências do Município, a medida não é tecnicamente necessária nem viável, do ponto de vista operacional, metrológico ou econômico.

Os hidrômetros utilizados no sistema público de abastecimento são instrumentos de medição volumétrica projetados exclusivamente para registrar o volume de água que passa pelo equipamento, conforme padrões técnicos e metrológicos vigentes. O funcionamento do hidrômetro depende da passagem contínua de água, cuja densidade e massa são suficientes para promover a rotação estável do seu mecanismo interno.

O ar, por sua vez, é um fluido compressível, de baixíssima densidade, que não possui capacidade física para manter rotação contínua do hidrômetro, inexistindo, portanto, condição técnica para que o ar seja medido de forma regular ou significativa como consumo real de água.

A presença de ar na tubulação é um fenômeno conhecido e inerente à operação dos sistemas de abastecimento, ocorrendo de forma pontual e transitória, especialmente durante o enchimento da rede, manutenções ou restabelecimento do fornecimento após interrupções. Nessas situações, o ar é rapidamente deslocado pela água, não permanecendo em regime contínuo no ramal domiciliar. Eventual movimentação momentânea do hidrômetro nesse contexto não caracteriza erro sistemático de medição, tampouco gera consumo faturável relevante, sendo insuficiente para produzir prejuízo econômico ao usuário ou justificar qualquer alteração estrutural no

sistema de medição.

Do ponto de vista técnico e metrológico, não há comprovação de que a presença de ar cause cobrança indevida de forma contínua ou significativa. O hidrômetro não distingue ar de água, porém também não possui sensibilidade para registrar volumes de ar como consumo real de maneira permanente. O volume de ar eventualmente deslocado é irrisório quando comparado ao consumo mensal médio, inexistindo evidência técnica de dano sistemático aos usuários do serviço. Assim, não se verifica falha no sistema de medição que justifique a adoção de dispositivos adicionais.

Os dispositivos comercialmente denominados válvulas eliminadoras ou bloqueadoras de ar não possuem padronização técnica obrigatória, não são exigidos por normas do INMETRO, da ABNT ou por regulamentos nacionais de saneamento básico, e não integram o sistema oficial de medição adotado por concessionárias e autarquias de serviços de água.

A instalação desses equipamentos nos ramais domiciliares pode, inclusive, interferir nas condições hidráulicas e no funcionamento regular do hidrômetro, comprometendo a confiabilidade metrológica da medição e gerando questionamentos quanto à legalidade e à responsabilidade técnica do sistema.

A adoção indiscriminada de válvulas anti-ar, além de não apresentar benefício técnico comprovado, acarretaria custos adicionais ao sistema público sem retorno mensurável, contrariando os princípios da eficiência administrativa e da boa gestão dos recursos públicos.

Diante de todo o exposto, conclui-se, de forma clara e definitiva, que o ar não é capaz de gerar medição contínua ou cobrança indevida nos hidrômetros, que sua presença na tubulação é pontual e transitória, que não há respaldo técnico ou normativo para a instalação de válvulas eliminadoras de ar em ligações domiciliares e que a medida não é necessária, nem recomendada, nem viável. Assim, a solicitação deve ser integralmente indeferida, mantendo-se o sistema de medição atualmente adotado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto, por atender plenamente aos critérios técnicos, operacionais e metrológicos vigentes.

São essas as informações que se apresentam para o momento, renovando votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 27/01/2026, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0813619** e o código CRC **CFF40701**.

